



## Plenário aprova acordos que regulam temas internacionais

Um deles simplifica procedimentos jurídicos entre Brasil e Costa Rica. Outro, assinado com a República Tcheca, estabelece regras para a aplicação da legislação aduaneira

O Plenário aprovou ontem acordos internacionais assinados pelo Brasil com a Costa Rica e a República Tcheca. Também foi aprovada a modernização do acordo que rege a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos.

O acordo com a Costa Rica simplifica procedimentos jurídicos entre os dois países. O acordo com a República Tcheca regula operações do comércio exterior e circulação de mercadorias. Já o projeto que atualiza as regras da agência multilateral possibilita o aumento da aplicação de recursos em países em desenvolvimento. **3**



Eunício Oliveira e Eduardo Braga em sessão na qual foi aprovada também a atualização do acordo que rege a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos

Jonas Pereira/Agência Senado



Senadores debatem proposta da Câmara que cria um marco legal e uma política nacional para a economia solidária

### Colegiado aprova projeto sobre economia solidária

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária. A proposta estabelece as diretrizes da Política Nacional de Economia Solidária e os princípios norteadores dos

empreendimentos de economia solidária, como gestão democrática, garantia de livre adesão e prática de preços justos. Está prevista ainda a criação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. **8**

### MP que renegocia dívida rural volta para a Câmara

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem que a MP que trata da renegociação de dívidas rurais retornará à Câmara. Segundo o senador, há incorreções no texto. **3**

### Emendas a Orçamento já somam R\$ 7,2 bi

Oito comissões do Senado aprovaram ontem quatro emendas, cada uma, ao projeto do Orçamento de 2019. O prazo final para definição foi adiado para 8 de novembro. **2**

### Concessões da Vale poderão sofrer auditoria

A Comissão de Transparência aprovou requerimento de Ricardo Ferraço para que o TCU faça auditoria sobre a renovação dos contratos de concessão de ferrovias à Vale. **6**

### Texto altera regra para sociedades limitadas **8**

### Sistema para gerir investimento vai a Plenário **5**

### Projeto normatiza reajuste a médico por planos **6**

### Avança proposta para reduzir desperdício de água tratada

Foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais projeto para evitar o desperdício de água pelas companhias de abastecimento. Pelo texto,

os valores cobrados pelo serviço de água devem ser também usados em projetos para reduzir perdas no abastecimento de água. **5**



Senadores Otto Alencar, o presidente da CAE, Tasso Jereissati, e Dalirio Beber

Pedro Franco/Agência Senado

### Comissão aprova texto que facilita cooperação em terras indígenas

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa facilita a cooperação entre União, estados e municípios

para a realização de obras e prestação de serviços em áreas indígenas. O país tem hoje 462 reservas, o que equivale a 12,2% do seu território. **7**



Entre Paulo Rocha e Paulo Paim, Regina Sousa comanda a votação no colegiado

Pedro Franco/Agência Senado

# Oito comissões decidem emendas ao Orçamento

Propostas dos colegiados para o Orçamento de 2019 somam R\$ 7,2 bilhões. Sete deles aprovaram ontem, cada um, quatro emendas ao Orçamento. Prazo final para envio foi adiado para 8 de novembro

MESMO APÓS A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ter adiado o prazo-limite para a entrega de emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018), em função das eleições, muitas comissões se anteciparam.

Ontem as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS), de

Direitos Humanos (CDH), de Relações Exteriores (CRE), de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC), de Educação (CE), de Infraestrutura (CI) e Senado do Futuro (CSF) aprovaram os pareceres.

Apenas a CI apresentou emendas de remanejamento. As outras comissões aprovaram apenas as quatro emendas

de apropriação, previstas na norma. Os parlamentares justificaram as escolhas, afirmando que optaram pelas ações com maior número de indicações.

As emendas de apropriação são as que acrescentam dotações orçamentárias e, simultaneamente, como fonte de recursos, anulam valor equivalente de outras dotações.

## Os recursos aprovados foram:

### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA (CRE)

Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020	R\$ 200 milhões
Obtenção de Meios da Marinha	R\$ 225 milhões
Promoção Comercial e de Investimentos	R\$ 102 milhões
Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas — Projeto KC 390	R\$ 650 milhões

### COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça	R\$ 20 milhões
Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas autarquias e fundações da Advocacia-Geral da União	R\$ 300 milhões
Publicidade de utilidade pública da Agência Nacional de Energia Elétrica	R\$ 15 milhões
Fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde, do Fundo Nacional de Saúde	R\$ 80 milhões

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH)

Promoção dos direitos das pessoas com deficiência, política pública da Secretaria de Direitos Humanos	R\$ 300 milhões
Fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais de combate ao racismo, política pública da secretaria	R\$ 200 milhões
Construção e reforma das unidades de atendimento especializado para crianças e adolescentes	R\$ 20 milhões
Políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	R\$ 500 milhões

### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

Estruturação da Rede de Atenção Básica de Saúde	R\$ 200 milhões
Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde	R\$ 370 milhões
Assistência médica gratuita a toda a população e desenvolvimento de atividades de pesquisa na área	R\$ 650 milhões
Estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 200 milhões

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

Promoção do desenvolvimento industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	R\$ 134 milhões
Apoio às pequenas e microempresas de artesanato do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	R\$ 100 milhões
Projeto KC-X da Força Aérea Brasileira (FAB)	R\$ 300 milhões
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	R\$ 40 milhões

### COMISSÃO SENADO DO FUTURO (CSF)

Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação da Empresa Brasil de Comunicação	R\$ 100 milhões
Implantação do Projeto Solar, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco	R\$ 200 milhões
Fomento à inovação e às tecnologias inovadoras, do Ministério da Ciência e Tecnologia	R\$ 20 milhões
Modernização do Instituto Militar de Engenharia	R\$ 50 milhões

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para compra de veículos para transporte escolar da educação básica	R\$ 100 milhões
Ministério da Educação para o apoio ao funcionamento das instituições federais de educação superior	R\$ 500 milhões
Ministério da Cultura para a implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais	R\$ 300 milhões
Comando da Marinha para a administração da unidade	R\$ 25 milhões

### COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

<b>De apropriação</b>	
Construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos	R\$ 400 milhões
Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares	R\$ 230 milhões
Adequação do trecho rodoviário conhecido por Vilhena, divisa entre Rondônia e Acre	R\$ 500 milhões
Manutenção de trechos rodoviários na Região Norte: BR-230 e BR-319 Amazonas	R\$ 200 milhões
<b>De remanejamento:</b>	
Estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes no estado do Amazonas	R\$ 30 milhões

## Votação de créditos é adiada na Comissão Mista de Orçamento

O segundo turno das eleições interferiu no cronograma da Comissão Mista de Orçamento (CMO), como havia antecipado o presidente do colegiado, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA). As duas reuniões marcadas para ontem foram canceladas por falta de quorum. Os parlamentares deram prioridade para as eleições nos estados.

— Já esperávamos por isso. O colégio de líderes da CMO percebeu esse quadro e por isso solicitou ao presidente do Congresso, o senador Eunício Oliveira, o adiamento, para 8 de novembro, do prazo de entrega de emendas ao projeto da Lei do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018) — disse.

A CMO deveria votar ontem quatro projetos que concedem créditos suplementares e especial. Cada novo crédito proposto tem que especificar de onde será cortado o valor que será redirecionado.

Os quatro projetos somam aproximadamente R\$ 83 milhões e já têm pareceres favoráveis dos relatores. A questão do corte de programas sociais para a concessão dos créditos preocupou Negromonte:

— Avalio como difícil aprovar cortes de programas como Bolsa Família ou programas de saúde. Os relatores devem estar atentos a essas questões.

O PLN 12/2018 destina R\$ 21,3 milhões para os Mi-

nistérios da Educação e das Relações Exteriores. O Itamaraty pretende contribuir com R\$ 792 mil para a reconstrução da Basílica da Natividade (na Palestina) e retirou a verba do seu programa de promoção comercial e de investimentos. Na educação, são R\$ 20,5 milhões que serão cancelados da expansão de instituições federais de ensino superior.

O PLN 15/2018 concede R\$ 40,8 milhões aos Ministérios da Justiça e da Segurança Pública. A verba será usada para a construir o presídio de Itaquitinga (PE). Serão canceladas as dotações para futuros presídios.

Já o PLN 16/2018 destina R\$ 19,9 milhões ao Ministério Público da União para a aquisição de dois prédios. Para isso, foram canceladas dotações dos programas de auxílio-moradia aos procuradores, de comunicação e de defesa do interesse público.

E o PLN 19/2018 abre crédito de R\$ 65,5 milhões. O valor será repartido para programas dos Ministérios da Educação, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Justiça e da Segurança Pública, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e dos Direitos Humanos. Foram canceladas de verbas de programas como os de combate à violência contra a mulher.

## José Medeiros denuncia burocracia que faz empresas de MT irem ao Paraguai

José Medeiros (Pode-MT) destacou que o Brasil precisa dar um choque na estrutura administrativa. Ele criticou o que chamou de “cipoal” na tributação, devido à grande burocracia, e disse que isso está provocando a mudança das empresas de



Mato Grosso para o Paraguai. Ele lamentou a perda de importância do Parlamento, já que órgãos de nível inferior estão ocupando o seu lugar e legislando por meio de portarias, o que contribui para o aumento da burocracia.

## Crise no setor cultural será assunto de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) aprovou a realização de seis audiências públicas. Todas foram requeridas pelo vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Um dos temas é a crise que se abate sobre o setor cultural.

Outro assunto demandado diretamente pela sociedade,

segundo o senador, é a crise do setor hospitalar, que também deverá contar com gestores e profissionais da área.

Outros temas serão a política de contratação aplicada no país para os jovens aprendizes, a judicialização contra o INSS, a importância dos fóruns da sociedade civil visando a mobilização dos idosos e as

políticas públicas voltadas às faculdades comunitárias.

— No que se refere às políticas voltadas aos jovens aprendizes, me recordo sempre que a existência delas mudou minha vida. Um dia eu fui um jovem aprendiz e tinha metade da bolsa coberta. É este tipo de política que precisamos fortalecer hoje — disse Paim.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**CDH Reforma da Previdência**

9h Debate sobre reforma da Previdência, com foco em estratégias para combatê-la.

**PLENÁRIO Sessão não deliberativa**

11h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

---

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Senadores aprovam acordos internacionais

Acordo com a Costa Rica simplifica procedimentos jurídicos entre os dois países. Já o assinado com a República Tcheca estabelece regras para aplicação da legislação aduaneira

O PLENÁRIO APROVOU ontem acordos internacionais assinados pelo Brasil com a Costa Rica e a República Tcheca, além da modernização do acordo que rege a atuação da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (Miga — na sigla em inglês).

O PDS 7/2018 simplifica procedimentos jurídicos de citação, intimação, notificação e obtenção de provas, o reconhecimento e execução de sentenças judiciais e laudos arbitrais, o intercâmbio de informações sobre legislação e toda forma de auxílio judicial compatível com a legislação interna do Brasil e da Costa Rica.

A aplicação do tratado abrange ações civis de natureza comercial, no âmbito do direito de família e sucessões e reparação de danos em matéria civil, originados de processo penal. No caso de pensões alimentícias, não será exigida a presença física

da criança ou do solicitante. No entanto, a medida não se aplicará ao caso de decisão judicial de que o pedido de alimentos envolve alimentando retirado do outro país ilegalmente.

## Aduana

Já o PDS 24/2018, assinado com a República Tcheca, promove entre os dois países a correta aplicação da legislação aduaneira, regulando as operações do comércio exterior e a circulação de mercadorias importadas ou exportadas.

Pelo acordo, cada parte deverá garantir a segurança na logística do comércio internacional, a prevenção e a investigação e a repressão de ilícitos aduaneiros. O texto estabelece ainda que as partes se comprometem a intercambiar informações que ajudem a assegurar o combate de infrações relacionadas ao tráfico ilícito de drogas e de espécies em extinção.



Jefferson Ruffy/Agência Senado

O Plenário votou acordos entre Brasil e República Tcheca, além de novas regras para agência do Banco Mundial

## Novas regras para agência multilateral facilitam investimentos

O projeto que atualiza as regras da Agência Multilateral de Garantia para Investimentos possibilita o aumento da aplicação de recursos em países em desenvolvimento. O órgão conta com 156 membros, incluindo o Brasil. As novas regras já estão em vigor desde 2010, mas é necessário

que o Legislativo brasileiro aprove as alterações para que sejam internalizadas pela legislação do país.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS 23/2018) apresenta emendas aos artigos 11 e 12 da convenção que estabelece a agência. A primeira elimina a exigência de pedido con-

junto, pelo investidor e pelo país anfitrião, para autorizar cobertura de riscos não comerciais. A segunda permite que o Conselho de Governadores, órgão de gestão da agência, aprove, por maioria especial, a ampliação das modalidades de investimento cobertas pelo órgão.

## Eunício: novo presidente do país fará reformas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que o próximo presidente da República é quem deve

capitanear reformas no país. — Fazer reformas agora não sei nem se será adequado neste momento. Reformas

de maior profundidade têm que ser feitas pelo próximo presidente — disse Eunício.

Para o presidente do Senado, os candidatos têm ideias e programas bastante diferentes. Por isso, Eunício aconselha esperar a definição de quem será eleito para que se estude reformas e até mudanças no Orçamento.

— É preciso ter um pouco de calma, aguardar o dia 28, à noite, aí nós vamos saber quem vai ser o presidente. No dia seguinte a gente começa a discutir reformas, matérias, até Orçamento se for o caso.



Marcos Brindão/Senado Federal

Para Eunício, candidatos têm ideias e programas bastante diferentes

## Medida provisória sobre dívidas rurais é devolvida à Câmara

Será devolvida à Câmara a medida provisória que trata da renegociação de dívidas rurais. De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, há incorreções no texto.

A MP 842/2018 vence em 5 de novembro e retoma vetos do governo à lei sobre o Programa de Regularização Rural.

A medida permite descontos apenas para a liquidação de dívidas junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, re-

vogando cinco artigos promulgados após a derrubada dos vetos.

Projeto de lei de conversão apresentado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) na comissão mista da MP retoma esses artigos. Ambos os textos condicionam a concessão dos benefícios à inclusão das renúncias fiscais no Orçamento. Segundo o governo, a proposta da Câmara causa perda de R\$ 17 bilhões, enquanto a MP gera despesas de R\$ 1,5 bilhão.

Com Agência Câmara

## Senado autoriza empréstimo para obras em Sobral

O Plenário aprovou ontem projeto que autoriza o município de Sobral (CE) a contratar empréstimo de US\$ 50 milhões junto à Cooperação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral. O PRS 45/2018 será encaminhado à promulgação.

A CAF é um banco regional de desenvolvimento para a América Latina. O valor, a ser obtido com garantia da União, financiará a execução de obras que incluem oferta de água tratada, esgotamento sanitário, gestão ambiental e mobilidade urbana.

## Plenário aprova indicação de embaixador brasileiro para o Malawi

Foi aprovada em Plenário ontem a indicação do diplomata Artur José Saraiva de Oliveira para o cargo de embaixador na República do Malawi. A nomeação recebeu 41 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 2 abstenções.

Oliveira é baiano, licenciado em letras, e ingressou na carreira diplomática em 1996. Entre as funções desempenhadas

na chancelaria, destacam-se as de chefe da Divisão da África I e encarregado de negócios na embaixada do Brasil em Lomé, capital do Togo. Desde 2016 exerce funções na Divisão da África Central e Ocidental.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) em junho, o diplomata disse ser promissor o fortalecimento de

vínculos na área da agricultura com o Malawi. Segundo ele, há possibilidades de incremento da exportação de sementes e manufaturados a partir de contratos de cooperação celebrados com o governo do país.

Oliveira afirmou que o Malawi é relevante para o Brasil, pois trata-se de um caso raro em que investimentos provenientes de nosso país superam

os da China. Isso ocorre graças à empresa Vale, que já investiu mais de US\$ 1 bilhão na exploração mineral do território malawi, o equivalente a um sexto do PIB do país.

As relações entre o Brasil e o Malawi estão em estágio inicial. A embaixada do Malawi em Brasília foi aberta em 2010 e a do Brasil na capital, Lilongwe, data de 2013.

## Medalha João Calmon vai premiar escolas por desenvolvimento social

O Plenário aprovou ontem a criação da Medalha João Calmon, para homenagear escolas que se destaquem pelo desenvolvimento social. A homenagem foi criada pelo Projeto de Resolução do Senado (PRS) 11/2017, de Pedro

Chaves (PRB-MS).

A medalha será concedida anualmente a cinco instituições públicas ou privadas de ensino básico que promovam ações para incentivar seus estudantes a atuarem no desenvolvimento social.

O patrono da medalha é o jornalista, empresário e ex-senador João de Medeiros Calmon (1916-1999). Ele exerceu três mandatos entre 1971 e 1994. Sua atuação política foi marcada pela aprovação, em 1983, de uma emenda à

Constituição vigente à época que determinava a aplicação de um percentual mínimo das arrecadações federal, estadual e municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino. A iniciativa foi reproduzida na Constituição de 1988.

# Indicação ao Conselho Nacional de Justiça vai ao Plenário com urgência

A Comissão de Constituição e Justiça sabatinou ontem a procuradora Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva, indicada para o CNJ

A INDICAÇÃO DE Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai ser analisada pelo Plenário do Senado em regime de urgência. Ontem ela foi sabatinada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e recebeu 20 votos a favor. Ninguém votou contra.

Maria Cristiana, que é procuradora regional da República, afirmou que o CNJ tem demonstrado importante papel na defesa dos direitos das mulheres, com ações afirmativas, principalmente em favor das vítimas de violência.

Ao responder uma pergunta da relatora da indicação, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), a sabatinada disse ser a favor da união estável homoafetiva:

— Sou professora de direito civil há mais de 20 anos e sempre falei em sala de aula que a comunidade LGBTI não pode ficar abaixo da lei. Ninguém está acima da lei, mas também ninguém pode ficar abaixo dela. O não reconhecimento dos direitos desse público não é possível — afirmou.

Em relação ao corporativismo no Judiciário, a procuradora afirmou considerar o



Ao lado do presidente da CCJ, Edison Lobão, Maria Cristiana disse que o conselho atua em defesa das mulheres

CNJ um colegiado “plural e democrático”, mas ressaltou que ainda há muito a fazer.

— É claro que muito precisa ser feito, mas o fato de o CNJ estar sempre sendo ventilado com novas pessoas, da advocacia e do Ministério Público, é muito bom. Isso traz diálogo, novas visões. Ontem mesmo [terça-feira] dois juí-

zes foram afastados. Estamos caminhando para melhorar, sim — afirmou.

Com 53 anos de idade, Maria Cristiana é natural de Piraju (SP). Estudou direito em Taubaté (SP) e, em 1995, após concurso público, tomou posse no Ministério Público Federal, onde está até hoje.

O cargo de procuradora

regional da República é o segundo dos três níveis da carreira do Ministério Público Federal.

A Constituição estabelece que os membros do CNJ, com a exceção do presidente, serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado.

## Comissão aprova ministro para o Tribunal Superior do Trabalho

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, Luiz José Dezena da Silva, para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Se aprovado pelo Plenário do Senado, ele ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Fernando Eizo Ono, ocorrida em março.

A indicação foi feita pela Presidência da República por meio da Mensagem (SF) 90/2018, para preenchimento de vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho. O relator do processo na CCJ foi o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

### Reforma trabalhista

Ao ser indagado pelo senador Armando Monteiro (PTB PE) sobre as consequências na Justiça do Trabalho da reforma trabalhista aprovada pelo Congresso no ano passado, Luiz José Dezena da Silva disse que as mudanças na legislação são recentes e, portanto, ainda não é possível fazer uma avaliação precisa de seus impactos.

— As questões envolvendo



A indicação de Luiz José Dezena da Silva será analisada pelo Plenário

as consequências ou não da reforma trabalhista ainda estão acontecendo devagar. Há um certo receio, mas evidentemente não podemos ser neofóbicos. Uma avaliação precisa, profunda, com dados, não é possível por hora — apontou o indicado durante a sabatina.

Antonio Anastasia (PSDB MG), Ana Amélia (PP-RS), Edison Lobão (MDB-MA) e outros senadores também

quiseram saber do indicado se algum ponto da reforma trabalhista fere os direitos dos trabalhadores. Em resposta, Luiz José Dezena da Silva disse que não é correto condenar as mudanças na legislação trabalhista de antemão.

— A reforma trabalhista não veio para o mal. Esta Casa, legitimamente, fez a reforma, fez a lei. É um erro dizer que a lei veio para prejudicar. Todos nós estamos tentando

avançar, melhorar. É evidente que alguns ajustes futuros que se mostrarem necessários em decorrência da aplicação da lei serão feitos — avaliou.

O desembargador acrescentou que o número de novos processos na Justiça do Trabalho caiu inicialmente com a reforma trabalhista, mas que também não é possível avaliar se a judicialização será menor do que antes.

— Alguns dados revelam que a judicialização está voltando a crescer, ainda que timidamente — salientou.

### Biografia

Natural de Águas da Prata (SP), Luiz José Dezena da Silva ingressou na carreira de juiz do trabalho mediante concurso em 1990. É desembargador do TRT da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), desde 2010. Tem duas graduações, em Ciências Jurídicas e Contábeis, além de atuação profissional como advogado e juiz do trabalho de primeiro e segundo graus.

No TRT, atuou como juiz auxiliar da presidência do tribunal de 1996 a 1998, juiz auxiliar da Corregedoria Regional de 2006 a 2008 e membro da Comissão de Jurisprudência.

## Supremo nega dois recursos do Senado contra prisão de Gurgacz

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem dois pedidos feitos pela Advocacia do Senado para suspender a ordem de prisão e a perda dos direitos políticos do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). A Primeira Turma do STF determinou em setembro a detenção imediata do parlamentar, condenado a quatro anos e seis meses de reclusão em regime semiaberto. Para os ministros, Gurgacz cometeu desvio de finalidade na aplicação de financiamento obtido em instituição financeira oficial.

Os advogados do Senado apresentaram dois pedidos ao STF na segunda-feira. O primeiro foi endereçado ao presidente da Corte, ministro Dias Toffoli. Para a Advocacia da Casa, o mandado de prisão contra Gurgacz não poderia ter sido expedido em setembro porque a condenação na Ação Penal (AP) 935 ainda não transitou em julgado. “Ainda há possibilidade de interposição de recurso, e, portanto, não há o trânsito em julgado, sendo ainda possível ao parlamentar questionar eventual decisão quanto ao não cabimento de embargos infringentes”, argumentam os advogados.

O segundo pedido foi feito ao relator da ação, ministro Alexandre de Moraes. A Advocacia da Casa argumenta que não há determinação nos autos que certifique o trânsito em julgado do processo e, além disso, o acórdão da decisão não foi publicado. “Revela-se incompatível com o ordenamento jurídico a determinação da perda dos direitos políticos e a prisão de um congressista, sem a efetiva ocorrência do trânsito em julgado, o que se denota não ter ocorrido no caso dos autos, porque ainda não houve a publicação do acórdão passível de recurso”, afirmam os advogados.

Tanto Toffoli quanto Moraes negaram os pedidos do Senado. O teor da decisão do presidente do STF ainda não está disponível. O sistema de consulta processual da Corte informa apenas que foi “negado seguimento” ao recurso. Já o relator da AP 935 classifica o pedido da Casa como “manifestamente incabível”. Moraes argumenta que, em setembro, a Primeira Turma decidiu “por unanimidade determinar a imediata execução da pena privativa de liberdade fixada” e “a suspensão dos direitos políticos” de Gurgacz. O advogado-geral do Senado, Fernando Cesar Cunha, disse que a Casa avalia a interposição de novo recurso ao STF.

# Comissão aprova medida contra desperdício de água

Arrecadação com cobrança pelo uso de água tratada deve ser investida em projetos para reduzir perdas em abastecimento, segundo projeto aprovado em colegiado. País desperdiça 38% da água que trata

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem medidas para evitar o desperdício de água pelos prestadores de serviços públicos de saneamento básico e abastecimento.

O PLS 317/2018, do senador Lasier Martins (PSD-RS), define que os valores arrecadados com a cobrança do uso de recursos hídricos sejam empregados também no financiamento de projetos para redução de perdas no abastecimento de água. A determinação será incluída na Política Nacional de Recursos Hídricos.

Outra legislação modificada é a Lei das Diretrizes Nacionais de Saneamento Básico. O projeto acrescenta a ela a previsão para que a concessão dos serviços de saneamento básico seja feita por consórcio público de que participem os titulares dos serviços. A intenção é viabilizar economicamente os investimentos necessários no setor.

Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, o projeto prevê que os contratos incluam obrigatoriamente a previsão de metas progressivas de redução de perdas na distribuição de água tratada.

## Incentivos

O controle da qualidade do serviço de saneamento também terá novas definições. A entidade reguladora do setor deverá definir limites máximos de perda na distribuição de água tratada.

A proposta atualiza a legislação para que a União conceda benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou de crédito como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional.

De acordo com Lasier, o Ministério das Cidades informa que o Brasil desperdiça 38,8% de toda a água que trata. O senador apontou que em algumas regiões, como o Norte e o Nordeste, o índice é maior que

50%, o que revela a “carência de medidas para o combate ao desperdício que vão além de uma mera conscientização social da população”.

Para ele, alguns dos principais fatores que causam o desperdício são ligações clandestinas, infraestrutura antiga e desgastada, obras mal executadas e medições incorretas no consumo de água. O senador argumenta que o desperdício não está apenas nos hábitos da população, mas também nos processos de fornecimento de água.

O projeto recebeu voto favorável do relator, senador Rudson Leite (PV-RR), que defende ser urgente a tomada de ações para coibir o desperdício de água.

O projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovado, poderá seguir para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

# Avança criação de sistema para gestão de investimentos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que institui um sistema nacional para gestão responsável dos investimentos públicos. O PLS 459/2017 segue agora para votação em Plenário.

O projeto, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), acrescenta um novo capítulo à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em que se estabelecem dispositivos para a gestão responsável e articulada dos investimentos públicos, além do prazo para a implantação dos novos instrumentos de gestão.

O instrumento para isso será o Sistema Nacional de Investimento Público (Snip), a ser instituído pelo Executivo, englobando União, estados, Distrito Federal e municípios. O sistema contará com uma carteira de iniciativas de investimento, na forma de um banco de projetos, que individualizará as necessidades e oportunidades de uso de recursos públicos. Qualquer empreendimento a ser executado com recursos federais, total ou parcialmente, deverá constar do banco de projetos.

Cada ente federativo manterá cadastro informatizado unificado de todas as obras de engenharia e serviços associados custeados com recursos orçamentários, inclusive os executados de forma descentralizada por terceiros, mediante convênios, contratos de repasse e outros. Somente poderão ser inseridas na Lei Orçamentária Anual (LOA) dotações para investimento público se o objeto estiver inserido no banco de projetos.

Não poderão ser celebrados contratos nem emitidos empenhos ou qualquer outro documento que implique compromisso de recursos, no âmbito do respectivo ente federativo, sem o registro prévio da obra ou serviço no cadastro. O não cumprimento dessa determinação vai configurar conduta não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, com grave infração à norma legal e responsabilização pessoal do ordenador da despesa, sujeitando-o às sanções previstas em lei.

## Prazos

O projeto disciplina a inclusão na LOA e a execução orçamentária, física e financeira de recursos destinados a obras que sejam objeto de concessão, arrendamento e outros tipo de cessão. Também fixa os prazos para a implantação dos sistemas de gestão. No caso do Snip, o prazo será de um ano para o desenvolvimento das metodologias, normas e procedimentos aplicáveis ao sistema, e de dois anos para o banco de projetos.

No caso do cadastro unificado, o prazo será de um ano para o seu desenvolvimento, um ano para a inclusão das informações relativas a pelo menos 10% das obras e serviços de engenharia, dois anos para a inclusão das informações relativas a pelo menos 50% das obras e serviços de engenharia restantes, e três anos para a inclusão das informações relativas à totalidade das obras e serviços de engenharia. A proposta foi relatada por Ronaldo Caiado (DEM-GO).



Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, presidente da CAE, e Dalirio Beber discutem proposta aprovada ontem

# Obrigatoriedade de biblioteca em escola pública vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a obrigatoriedade de que todas as escolas públicas de nível básico mantenham bibliotecas, com acervo atualizado e acesso à internet. Aprovado com modificações, o PLC 28/2012 segue para Plenário.

Originalmente o texto obrigava também a contratação de bibliotecários com formação superior para cuidar dos espaços. O relator, Pedro Chaves (PRB-MS), retirou o dispositivo, argumentando que isso representaria, para muitos municípios, um custo que inviabilizaria a iniciativa. Como houve a modificação, o projeto

terá que retornar à Câmara, caso seja aprovado também no Plenário do Senado.

Na reunião, a comissão também autorizou um acordo entre o município de Sobral (CE) e a Corporação Andina de Fomento (CAF) para contratação de crédito de US\$ 50 milhões, com garantia da União. O valor será investido em obras de tratamento de água e saneamento básico.

A CAF é um banco regional de desenvolvimento para a América Latina. O valor acordado com Sobral financiará um programa socioambiental que engloba oferta de água tratada, esgotamento sanitário, gestão ambiental, mobilidade urbana e obras de infraestrutura.

# Corretor de seguro pode precisar de habilitação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que visa aumentar a segurança dos cidadãos que usam serviço de corretagem de seguros. O PLC 7/2013, contudo, foi bastante modificado pelo seu relator, Romero Jucá (MDB-RR). Ele segue para votação em Plenário e, caso seja aprovado, terá de voltar à Câmara dos Deputados.

Conforme o texto proposto por Jucá, o exercício da profissão de corretor de seguros dependerá da prévia obtenção do título de habilitação, o qual será concedido pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). O interessado na obtenção do título o requererá à Susep, por meio de entidade autorreguladora de seguros e resseguros,

indicando o ramo de seguro a que pretende se dedicar.

O projeto enumera os documentos necessários para obtenção do título de habilitação. Os corretores já em atividade poderão continuar a exercer a profissão, desde que apresentem à Susep seus requerimentos e os documentos exigidos.

## Processos

Ainda conforme o texto, a entidade autorreguladora de seguros e resseguros poderá auxiliar na instrução de processos sancionadores na Susep, caso a autarquia entenda pertinente.

O projeto, de autoria do Executivo, obriga os corretores a contratarem eles próprios um seguro obrigatório sobre a sua atividade.

O objetivo seria garantir ao usuário do serviço uma reparação de danos eventualmente causados pelo corretor nas operações de contratação de seguros. Mas o relator foi contrário a essa proposta, argumentando que tal imposição poderia gerar consequências negativas para o setor.

“Além de tal medida restringir o mercado de corretagem e importar aumento do custo do serviço — o que possivelmente caracterizaria uma ofensa ao princípio constitucional da livre iniciativa e da proporcionalidade —, o ambiente de controle exercido pela Susep é suficiente para dar a segurança de que necessita os usuários”, justifica o senador em seu relatório.

# Comissão quer auditoria em concessões à Vale

Senadores aprovaram pedido de Ricardo Ferraço para que o Tribunal de Contas da União fiscalize a renovação da concessão de ferrovias à empresa e suspenda o processo

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem requerimento do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para a realização, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de auditoria da renovação antecipada dos contratos de concessão de ferrovias à Vale. Também foi solicitado que o TCU determine aos órgãos responsáveis que suspendam o andamento do processo de renovação.

Em seu pedido, Ferraço questiona a forma como são arbitradas as contrapartidas entre os parceiros públicos e privados. Para o senador, como há pouca transparência, “não há garantias de que os atuais concessionários não irão agir de forma oportunista, anuindo com acordos que sabidamente não irão honrar, como estamos cansados de testemunhar nas últimas concessões rodoviárias e aeroportuárias”. O valor exigido da Vale para a renovação seria de R\$ 4 bilhões, segundo o autor.

“Diz-se pela imprensa que até mesmo as duas concessões exploradas pela Vale, a Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Vitória a Minas, terão suas prorrogações antecipadas garantidas pela construção de uma

ferrovia entre Goiás e o Mato Grosso. Duas pelo preço de uma. Qual será o incentivo econômico que terá esse agente em entregar uma ferrovia de qualidade a milhares de quilômetros das linhas que atualmente opera,

seja diretamente pela Vale, seja indiretamente pela sua subsidiária VLI?”, questiona o senador.

O requerimento foi subscrito também pelo presidente da CTFC, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Na segunda parte da reunião foram aprovadas quatro emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2019, que estima as receitas e fixa as despesas da União para o exercício financeiro do próximo ano.

As emendas a serem apresentadas à Comissão Mista Orçamento (CMO) tratam do fortalecimento da Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentada pela senadora Simone Tebet (MDB-MS); da publicidade de utilidade pública, do senador Romero Jucá (MDB-RR); da proteção e defesa do consumidor e da representação judicial e extrajudicial da União e suas autarquias e fundações federais, ambas do senador Airtton Sandoval (MDB-SP).



Ataídes Oliveira, ao lado de Airton Sandoval, subscreveu o requerimento de auditoria

Geraldo Magela/Agência Senado

## Jovem abrigado deve ter formação profissional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que garante qualificação profissional para adolescentes que vivem em abrigos.

O PLS 190/2017, de Ciro Nogueira (PP-PI), altera a lei que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para garantir aos adolescentes acolhidos por instituições prioridade no acesso a vagas nos programas de jovens aprendizes. A proposta também altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para favorecer a inclusão desses jovens nas cotas de aprendizes das empresas.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), lembrou que a legislação brasileira garante a esses adolescentes o acesso à educação, mas a ausência de soluções legislativas concretas priva os jovens de reais oportunidades de desenvolvimento por meio da capacitação profissional.

O relator apresentou três

emendas. A primeira e a segunda sugerem que o novo texto reforce que esses adolescentes estão inseridos na categoria de estudantes a quem faltam recursos, atualmente já beneficiados pela legislação. A terceira emenda garante pelo menos uma vaga para aprendiz adolescente em regime de acolhimento institucional em cada grupo de aprendizes empregados e matriculados. Isso porque, de

acordo com o relator, 90% das empresas brasileiras têm até 9 empregados, sendo raras aquelas com capacidade de contratação de 50 aprendizes, como estava previsto no texto inicial. O senador disse que as sugestões têm a finalidade de evitar futuros questionamentos.

A proposta seguiu para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a qual caberá decisão terminativa.



Relator, Armando Monteiro emitiu parecer favorável à proposição

Geraldo Magela/Agência Senado

## Remuneração de médicos poderá ter reajuste automático por planos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que determina reajuste automático da remuneração dos médicos pelos planos de saúde. Pelo texto, sempre que houver correção no valor das mensalidades pagas pelos beneficiários, o valor pago pelas consultas também deverá ser reajustado.

O PLS 380/2011, de Eduardo Amorim (PSDB-SE), altera a lei que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conferindo ao órgão a competência para homologar e fiscalizar os acordos de reajuste da remuneração dos médicos. O objetivo é garantir que qualquer reajuste de mensalidade seja obrigatoriamente repassado, no mesmo percentual, à tabela de remuneração pelos serviços médicos.

O relator do projeto, Ronaldo Caiado (DEM-GO), defende que a remuneração pelas consultas há de ser adequada à complexidade do atendimento prestado pelos médicos.

“Sem uma contrapartida justa, é compreensível que os

profissionais da área da saúde se sintam desvalorizados após tantos anos dedicados exclusivamente à medicina e à constante atualização de seus conhecimentos”, pondera o senador em seu relatório.

Caiado destaca, entretanto, que as recentes alterações na legislação têm corrigido parte dessas distorções, como, por exemplo, a obrigatoriedade de adoção de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços que definam os valores dos serviços contratados, os critérios, a forma e a periodicidade dos reajustes.

O projeto tramita em conjunto com o PLS 358/2012, que inclui o repasse automático na lei dos planos de saúde. Por entender que o PLS 380/2011 é mais abrangente e coerente com as recentes alterações legais do setor, Caiado pediu o arquivamento do PLS 358/2012 e a incorporação de seu conteúdo ao outro texto.

A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Projeto pode facilitar atuação em área indígena

Aprovada ontem em comissão, proposta permite a realização de convênios entre União, estados e municípios para a realização de obras e serviços em terras protegidas

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem um projeto de Telmário Mota (PTB-RR) que trata da cooperação entre os entes da Federação, visando a realização de obras e prestação de serviços aos povos indígenas (PLS 231/2018).

O país conta hoje com 462 terras indígenas regularizadas, o equivalente a 12,2% do território nacional.

A relatora foi a presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI). Ela concordou com a justificativa de Telmário, reforçando que a demarcação das terras indígenas pode paradoxalmente constituir, às vezes, uma barreira na prestação de serviços.

— Uma das dificuldades é a entrada de não indígenas na terra demarcada. Eventualmente, a instalação e manutenção de equipamentos escolares e de saúde nesses locais são inviabilizadas. Com a abertura para a celebração de convênios entre a União, de um lado, e os estados e municípios de outro, esses impasses serão superados — disse.



Entre Paulo Rocha e Paulo Paim, Regina Sousa diz que uma das dificuldades é a entrada de não indígenas nas reservas

Regina ainda acrescentou que já existem instrumentos legais em vigor semelhantes à atual proposta, de fomento à cooperação federativa, como

a lei complementar 140, de 2011 (que trata da proteção do meio ambiente) e a lei 11.473, de 2007.

— Hoje há um elemento de tensão, pois é comum que estados e municípios aleguem

que perdem território com as demarcações, mas continuam com o ônus de prestar serviços e realizar obras aos indígenas.

## Convênios

De acordo com o texto, a cooperação se dará pela celebração de convênios entre o governo federal e os demais entes. Serão contempladas as áreas de transporte, saneamento, abastecimento de água, energia, educação, saúde, segurança e assistência social.

A proposta também autoriza a gestão associada de serviços, a transferência total ou parcial de encargos e a cessão de servidores visando a consecução das políticas públicas. Assegura ainda o direito de os povos indígenas serem ouvidos, em consulta prévia, sobre os acordos.

## Comissão cobra do SUS medicamento Spinraza

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem voto de censura ao Ministério da Saúde por ainda não ter incluído o medicamento Spinraza no protocolo do SUS. O Spinraza é hoje a única opção terapêutica capaz de conter a progressão da atrofia muscular espinhal (AME), doença paralisante que acomete milhares de pacientes no país.

Apresentado pela presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), o voto de censura solicita ao ministério medidas urgentes para que o Spinraza seja incluído. A AME está associada à deficiência da proteína de sobrevivência do neurônio motor, e o medicamento estimula justamente o aumento na produção desta proteína, com efeitos positivos para

qualquer idade, grau e tipo de início da doença, explicou a senadora.

— É realmente espantoso ver que, apesar de o remédio já ter sido liberado pela Anvisa há mais de um ano, ainda não foi incluído no protocolo. Só é liberado para pacientes por determinação da Justiça. O Spinraza pode minimizar e até reverter os sintomas da AME. Nem mesmo o alto custo da medicação pode ser visto como um obstáculo, porque a degeneração progressiva leva à paralisia total, inclusive do aparelho respiratório. E isso resulta em longos tratamentos intensivos, cujo custo é mais elevado — protestou.

Regina citou uma audiência pública realizada pela CDH em agosto, que contou com a

participação de pacientes que têm tido acesso ao Spinraza. Ela lembrou-se especialmente da garota Laissa Poliana, de 12 anos, que levou diversos participantes e espectadores às lágrimas ao demonstrar a evolução que tem tido graças ao medicamento.

— Após o recebimento, por ordem da Justiça, de apenas duas doses, ela nos emocionou demais com a demonstração clara de sua evolução. Foi muito tocante vê-la erguer os braços, movimentá-los de forma alternada e levantar sozinha da cadeira de rodas. Acredito que foi esse progresso que iluminou o desembargador que determinou a retomada do tratamento, que ele mesmo havia antes suspenso — disse Regina.

## Hospitais podem ser obrigados a contratar intérpretes de Libras

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que obriga as instituições de atendimento à saúde, públicas ou privadas, a contratar intérpretes de Libras visando ao atendimento às pessoas com deficiência auditiva (PLS 465/2017). O projeto, da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), segue agora para a análise da CCJ.

O relator, Paulo Rocha (PT-PA), afirmou que a prestação de serviços de saúde adequados às pessoas com deficiência auditiva não pode prescindir, por razões óbvias, de um intérprete de Libras.

— Para receber o tratamento de saúde em igualdade de

condições com os demais brasileiros, a pessoa com deficiência precisa se comunicar. E é só isto que esse projeto concebe, de modo até singelo — disse.

Ele lembrou que o Decreto 5.626, de 2005, já estabelece a obrigatoriedade, mas concordou com o argumento de Kátia Abreu, para quem o direito deve ser previsto por lei. Ainda quanto ao mérito, disse ser "óbvio" que a barreira de comunicação imposta pela eventual ausência de um intérprete de Libras nos hospitais e em outros estabelecimentos de saúde pode colocar em risco o bem-estar e a vida de pacientes com a deficiência.

## Avança proposta que torna obrigatória a emissão de duplicatas eletrônicas

A tradicional duplicata em papel pode passar a conviver com a emissão do título em meio eletrônico. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que moderniza o lançamento desse comprovante de crédito, gerado pela venda de mercadorias ou prestação de serviços por uma empresa. O PLC 73/2018 será agora examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta estabelece que as informações das duplicatas deverão ser obrigatoriamente registradas em um sistema eletrônico. Entidades autorizadas pelo Banco Central serão responsáveis por guardar esses títulos, controlar os documentos, formalizar provas de pa-

gamento e transferir titulares. Atualmente essas informações ficam dispersas. Caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) fixar as diretrizes para escrituração das duplicatas eletrônicas.

A duplicata em papel não será extinta. Deverá continuar sendo emitida, especialmente em localidades menos desenvolvidas do país e com mais dificuldades de acesso aos recursos de informática.

O projeto detalha requisitos do sistema eletrônico de escrituração e suporte para a emissão da duplicata virtual. Considera título executivo, sujeito a protesto, tanto a duplicata escritural quanto a virtual, mas exige, para a execução da emitida eletronicamente,

que esteja acompanhada dos registros eletrônicos realizados pelos gestores do sistema.

A proposta torna nula cláusula contratual que impeça a emissão e a comercialização da duplicata virtual.

### Garantias

Para o relator da proposta, Armando Monteiro (PTB-PE), as duplicatas são os ativos mais disponíveis para as empresas darem como garantia em operações de crédito.

“Segurança e agilidade nas transações com esse título virtual são elementos fundamentais para a elevação da oferta e a redução do custo de crédito aos empreendedores, principalmente às pequenas e médias empresas”, sustenta

o senador no parecer.

Ele destaca as vantagens da adoção da duplicata virtual. Além de evitar fraude com a emissão de “duplicatas frias” — títulos falsos que não correspondem a uma dívida real e podem ser levados a protesto sem o conhecimento do suposto devedor —, a inovação deve eliminar o registro de dados incorretos sobre valores e devedores.

“Assim poupa-se o dinheiro e o tempo gastos com ações judiciais visando demonstrar a inexistência do crédito cobrado. Vale lembrar que os mais onerados por esse tipo de problema são as pequenas e as médias empresas, que não dispõem de departamentos jurídicos e, portanto, têm maior

dificuldade para lidar com tais eventos”, ressalta Armando.

Outra repercussão esperada das duplicatas virtuais, segundo o relator, é ampliar o acesso das empresas comerciais ao crédito com taxas de juros mais baixas. Mais um impacto positivo assinalado é destravar o uso de duplicatas por pequenos fornecedores como garantia na obtenção de crédito para capital de giro.

O senador acredita haver potencial de empréstimos usando esse instrumento de crédito da ordem de 5,3% do produto interno bruto (PIB) ou de R\$ 347 bilhões, “desde que se criem as condições para se ampliar a segurança e agilidade nas transações desses títulos”.

# Avança proposta para a economia solidária

Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto da Câmara que cria um marco legal e uma política nacional para o setor. Proposta segue para outros dois colegiados

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes). A proposta, contida no PLC 137/2017, recebeu alterações da relatora, Ana Amélia (PP-RS), que apresentou um texto substitutivo. O projeto segue para exame das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta estabelece as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e, entre os princípios norteadores dos empreendimentos de economia solidária, estão a gestão democrática, a garantia de livre adesão e a prática de preços justos. Está prevista ainda a criação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários.

De acordo com o autor do texto, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), a ausência de um marco legal para amparar as organizações da economia solidária — prevendo inclusive incentivos ao seu desenvolvimento — motivou a apresentação da proposta.

Segundo destacou a relatora Ana Amélia em seu voto, “a expectativa é de que o reconhecimento legal, por si só, implique maior aceitação social dos empreendimentos dessa parcela da economia e que as políticas públicas de incentivo deem o impulso necessário para que tais empreendimentos possam deslanchar”.

## Substitutivo

Após reconhecer “a oportunidade e a conveniência” do projeto, a relatora resolveu



Relatora da proposta, a senadora Ana Amélia apresentou substitutivo

apresentar um substitutivo não só para garantir mais clareza e precisão à iniciativa, mas também para afastar eventuais contestações sobre sua constitucionalidade e juridicidade.

Ana Amélia retirou quatro dispositivos que, por dele-

garem atribuições ao Poder Executivo, poderiam ser declarados inconstitucionais. Dois deles tratavam, por exemplo, da autorização para a União conceder subvenção em operações de crédito a empreendimentos econômicos solidários

e da oferta de condições especiais a esses empreendimentos em licitações públicas.

— Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou a assunção de obrigação sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro e sem demonstração da origem dos recursos para o seu custeio — explicou.

A relatora também considerou haver vício de iniciativa no artigo que atribuiu ao Ministério do Trabalho a responsabilidade pela implementação da PNES. Segundo ela, o artigo 84 da Constituição confere competência privativa ao presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal.

## Vai a Plenário quorum de deliberação em sociedade limitada

O quorum de deliberação nas empresas de sociedade limitada poderá ser reduzido. A medida é sugerida em projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLC 31/2018 reduz de dois terços para maioria de votos o quorum exigido para destituir do cargo de administrador o sócio nomeado para a função em cláusula expressa do con-

trato social. Também dispensa a convocação de reunião ou assembleia geral para fins de exclusão de sócio nas sociedades limitadas compostas por apenas dois sócios. O texto segue para análise do Plenário.

## Dificuldade

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), recomendou a aprovação. Para ele, o quorum previsto na lei atual (dois terços) é muito elevado,

dificultando a exclusão de sócio administrador nomeado em contrato social.

“Se o sócio administrador possuir pouco mais de um terço das quotas sociais, ele não poderá ser destituído do cargo de administrador pela via extrajudicial, ainda que pratique faltas graves no exercício da administração. Restará aos demais sócios requerer a destituição do administrador na morosa via judicial, o que

não representa boa regra de governança corporativa”, observa o relator no parecer.

Também foi considerada importante por Anastasia a medida prevista no projeto que torna desnecessário o agendamento de reunião ou assembleia para a exclusão de sócio pela via extrajudicial em caso de existirem apenas dois sócios.

“Pela regra do projeto, o sócio majoritário exclui o sócio

minoritário, com a alegação de falta grave e, então, resta a este buscar seus direitos na via judicial. De fato, será inócuo apresentar defesa diante do único sócio que já intenciona destituí-lo”, reconhece o relator.

Se o Plenário do Senado mantiver inalterado o texto aprovado pela Câmara, como fez a CCJ, o projeto será enviado, na sequência, à sanção presidencial.

## “Bolsonaro vai acabar com o toma lá, dá cá no Congresso”, diz Sandoval

O senador Airton Sandoval (MDB-SP) anunciou que votará em Jair Bolsonaro porque o candidato propõe acabar com o “toma lá, dá cá das negociações com o Congresso” e colocar o país no rumo do desenvolvimento econômico.

Para ele, a grande novidade do primeiro turno



foi o poder das redes sociais e isso levou à renovação na política. Sandoval disse que a grande maioria foi às urnas com indignação. O recado, segundo Sandoval, é que a corrupção não será mais tolerada, seja ela de políticos, servidores públicos ou empresários sonegadores.

## Lasier Martins manifesta apoio a presidencial do PSL no 2º turno

Lasier Martins (PSD-RS) anunciou em Plenário que votará no candidato Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno da eleição presidencial. O senador disse que grande parte dos brasileiros já tomou uma posição no primeiro turno, ao dar a Bolsonaro 46% dos votos válidos, e que a tendência é que o



candidato do PSL confirme a vitória no segundo turno, em que disputa com o candidato do PT, Fernando Haddad.

Lasier afirmou ainda que Bolsonaro já estabeleceu algumas regras, como a de exercer o mandato “com autoridade, mas não com autoritarismo”.

## Vanessa critica declarações de candidato sobre negros e mulheres

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) listou afirmações do candidato à presidência da República Jair



Bolsonaro a respeito de negros e mulheres, e afirmou que essas declarações não podem ser relativizadas como, de acordo com ela, tentam fazer aqueles que apoiam o candidato.

A senadora também chamou a atenção sobre o que ela chama de risco para a Zona Franca de Manaus, caso Bolsonaro seja eleito.

Vanessa criticou ainda propostas apresentadas pela equipe de Bolsonaro que, segundo ela, reduzem os direitos dos trabalhadores.

## Paim agradece votos e diz que se dedicará à campanha de Haddad

Paulo Paim (PT-RS) agradeceu ao eleitorado gaúcho que o reelegeu com mais de um 1,87 milhão de votos. Ele homenageou todos os que se dedicaram à campanha, entre eles os que atuaram nas redes sociais. O senador destacou que as eleições foram marcadas pelo voto de protesto, com a

população mandando um recado, exigindo mudanças nas práticas dos partidos e na forma de fazer política no país. Nesse sentido, lembrou que 32 senadores tentaram a reeleição e só 8 voltaram. Paim informou que se dedicará à campanha do candidato do PT à Presidência, Fernando Haddad.

## João Capiberibe diz que teve candidatura prejudicada

João Capiberibe (PSB-AP) criticou ontem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amapá por confundir o eleitor e agir com “dois pesos e duas medidas”. Sua candidatura ao governo do estado foi impugnada pelo TRE, por não prestar contas dos gastos do Fundo Par-



tidário pelo PT, partido coligado. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a candidatura e ele concorreu à eleição, mas perdeu votos pela confusão criada. Para o senador, outros partidos não tiveram a mesma punição. Ele agora disputa o segundo turno.

## Ana Amélia: PT esconde Lula porque quer “ganhar a qualquer preço”

Ana Amélia (PP-RS) acusou o PT de “esconder” o ex-presidente Lula no segundo turno da campanha de Fernando Haddad à Presidência da República. Ela salientou que, por trás das aparências, o PT mantém a mesma vontade de vencer “a qualquer preço”, Lula continua “mandando em tudo” no partido e

Haddad é um “lobo em pele de cordeiro”.

— Será que, em algum momento, o PT vai reconhecer os erros que praticou? Mas se ele não o fez até agora, não o fará agora, em período eleitoral, que precisa convencer o eleitorado brasileiro de que mudou. Mas o PT continua o mesmo.